



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Fundação Escola de
Sociologia e Política
de São Paulo.
RECONHECIMENTO DESDE 1933

80
ANOS

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ANA CLÉIA GOMES DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS:

Análise do Programa Bolsa Família no Município de Tocantinópolis –TO.

TOCANTINPOLIS/TO
JUNHO/2014

Ana Cléia Gomes da Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS:

Análise do Programa Bolsa Família no Município de Tocantinópolis –TO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e
Política de São Paulo para obtenção do título de
Especialista em Gestão e Política Públicas.

Orientador: Otávio de Souza

TOCANTINÓPOLIS – TO

JUNHO /2014

Dados Internacionais de Catalogação na publicação

Silva, Ana Cléia Gomes da

Políticas Públicas Sociais: Análise do Programa Bolsa Família no
Município de Tocantinópolis – TO – 2014
24f.30 cm

Orientador: Otávio de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso- Especialização em Gestão e
Políticas Públicas- FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e
Política de São Paulo e FPA -Fundação Perseu Abramo.

Ana Cléia Gomes da Silva

Políticas Públicas Sociais:

Análise do Programa Bolsa Família no Município de Tocantinópolis –TO.

Monografia apresentada à FESPSP –
Fundação Escola de Sociologia e Política
de São Paulo para obtenção do título de
Especialista em Gestão e Políticas Públicas,
sob a orientação do professor/tutor Otávio
de Souza.

Data de aprovação: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora:

Professor(a) Assinatura: _____

Professor(a) Assinatura: _____

Professor(a) Assinatura: _____

Dedico este trabalho aos profissionais que lutam no combate da desigualdade social e aqueles que lutam por uma vida melhor. E especial a minha filha que está por vir a este mundo.

AGRADECIMENTOS

A Deus eterno em que residem todos os tesouros da sabedoria e da ciência. Obrigada pelo dom precioso da minha vida, esta vida que eu recebi de presente e pela qual me sinto responsável, pelo que sou, pelo que serei e pela perseverança na busca do conhecimento.

A Fundação Perseu Abramo pela incentivo de oferecer esta especialização ao filiados do PT, visando uma qualificação para os futuros gestores.

A Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo pelos materiais usados nas aulas .

A professora Msc. Klívia pelas orientações, que forem de grande valia.

A minha mãe, Antonia Gomes, exemplo de força, vida e trabalho que me apóia e incentiva para o aceite dos desafios e enfrentamentos nos embates de minha vida.

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

Enfim a todos meus familiares, amigos e pessoas especiais que, de várias formas, possibilitaram e incentivaram para que eu enveredasse na caminhada do aprendizado no trabalho, na academia, compreendendo a força do compromisso com a luta pela construção da cidadania e, conseqüentemente, de uma sociedade justa e igualitária.

O degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele, destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente para que ele coloque o outro um pouco mais alto.

(Thomas Huxley)

RESUMO

O presente estudo apresenta uma ideia conceitual de políticas públicas sociais numa visão panorâmica, com o intuito de conhecermos o processo das políticas sociais em nossas vidas. Enfatiza à análise do programa Bolsa Família no Município de Tocantinópolis/TO, segundo o discurso dos participantes. Explicita a realidade histórica do programa no município de Tocantinópolis.

Palavras – chaves: políticas sociais, Bolsa Família e formação.

ABSTRACT

This study presents a conceptual idea of social policies in a panoramic view, in order to know the process of social policies in our lives. Emphasizes the analysis of the Bolsa Família program in the City of Tocantinópolis / TO, according to the speech of participants. Explains the historical reality program in the city of Tocantinópolis.

Key - words: social policies, Bolsa Família and training.

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
ABSTRACT.....	09
1.INRODUÇÃO.....	11
2.OBJETIVO.....	12
3.PARTE I AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: UMA VISÃO PANORÂMICA.....	13
4.PARTE II: HISTÓRICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS – TO.....	18
5.PARTE III: O PBF SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS.....	20
CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS.....	24

1- INTRODUÇÃO

As políticas sociais é contextualizada segundo o estado como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais. Partindo do contexto citado, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o Programa Bolsa Família no município de Tocantinópolis –TO. enquanto política social. Para tanto, foi realizado pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo como procedimento metodológico a aplicação de questionários aos beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF. Para uma melhor compreensão, o presente trabalho está dividido em três partes, onde a primeira explicita as políticas públicas sociais, de modo a obter uma visão panorâmica, partindo de um levantamento bibliográfico. A segunda registra a histórico do PBF no município. Concluindo-se na terceira parte com a apresentação do programa bolsa família, segundo os dados coletados dos beneficiários no município de Tocantinópolis.

A pesquisa é de cunho qualitativo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Tendo como principais autores: Pedro Demo, Walquiria Leão e Faleiros. A mesma contou com a participação de alguns beneficiários, incluindo a gestora municipal do PBF, onde foi feita entrevista semi - estruturada. A coleta de dados foram analisados e tabulados, o qual se procurou analisar com base no referencial teórico a compreensão de como os beneficiários do programa PBF vem melhorando à renda das famílias e seu poder aquisitivo.

2- OBJETIVO

A pesquisa tem como objetivo analisar os impactos positivos e negativos do programa Bolsa Família no Município de Tocantinópolis, uma pesquisa de cunho qualitativo com base nos referenciais teóricos adquiridos sobre as políticas sociais e também sobre o programa Bolsa Família.

Outro ponto da que a pesquisa busca analisar é a relação da escola com programa sobre as frequências escolar, se no contexto o programa atende o público- alvo desejado, objetivando saber se esta política inclusão social está sendo efetivada corretamente no município de Tocantinópolis – TO, por ultimo sobre as condições financeiras dos beneficiários, melhoram com a renda do PBF.

3 - PARTE I - AS POLÍTICAS SOCIAIS: UMA VISÃO PANORÂMICA

Conceituar políticas sociais não constitui tarefa fácil. Nem é o nosso objetivo fazê-lo, uma vez que vários estudiosos já o fizeram. Ainda que em diferentes situações e contextos, apenas lançaremos mão daquilo que já existe para nos situarmos na discussão do objeto da pesquisa aqui exposta. Explicitamos isto porque a política social que nos propusemos a pesquisar trata-se de um programa, formulado com o intuito de preencher lacunas existentes no sistema econômico e educacional brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal. Por outro lado, ao pensarmos nas condições sociais das famílias envolvidas e naquelas que mesmo não estando envolvidas constituem-se potenciais participantes, observamos que há lacunas no nosso sistema de desenvolvimento econômico, político e cultural.

As políticas sociais ora são vistas como mecanismo de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. A análise das políticas sociais tem muitos caminhos. Aquele por mim escolhido reflete a preocupação de abordar a articulação entre política e economia, no seu conjunto, nas sociedades capitalistas. (FALEIROS, 1986, p. 8)

Como mostra o autor, são muitas as abordagens feitas para conceituar as políticas sociais. De acordo com o que ele nos mostra, o conteúdo dos conceitos variam com a ideologia, a posição social e os interesses daqueles que os emitem. Os discursos variam mesmo até com o tempo.

Todos os programas sociais vindos de cima para baixo são pagos e financiados pelos próprios trabalhadores e se inscrevem num contexto muito mais complexo, que os discursos nem sequer prenunciam, ou melhor, distorcem e camuflam. (FALEIROS, 1986, p.18)

Aqui o autor deixa claro que as desigualdades sociais são bancadas na verdade por uma maioria de trabalhadores que na maioria das vezes sequer sabem que são o objeto da riqueza daqueles que os exploram.

Na América Latina, há grande diversidade na implantação de políticas sociais, de acordo com cada país. Hoje todos eles possuem um sistema de

seguros sociais certos programas de assistência a categorias de pessoas chamadas carentes. No entanto, o acesso a tais programas é limitado por inúmeras condições que obedecem a critérios estabelecidos pelos agentes governamentais, pelo clientelismo e favoritismo político e por certas pessoas dos programas sociais e é permitido a outras, dependendo das circunstâncias. Portanto, esses programas não significam uma garantia permanente e segura de um direito incontestável. (FALEIROS 1986, p. 28)

Observamos nas palavras de Faleiros na citação acima referida dois aspectos importantes: o primeiro é que ele se refere à América Latina, região em que estamos inseridos. O segundo refere-se aos critérios de inclusão, ou melhor, de seleção dos potenciais participantes do programa. No programa de erradicação do trabalho infantil - PETI, os critérios estão relacionados à renda familiar, situação social chamada de risco, estar matriculado na escola, e não estar incluído em nenhum outro programa social. Nesse sentido podemos, inclusive, observar nas palavras de Faleiros (1986,p.35-36) que corroboram com as lacunas que mencionamos anteriormente,

As políticas sociais se desenvolvem em articulação com a inclusão, a reprodução e a exclusão da mão de obra no processo produtivo e com as lutas sociais. As mesmas não rompem o vínculo entre trabalho e benefícios sociais. Ao contrario, elas consolidam e articulam esse vínculo, mesmo para aqueles que se encontram fora da produção.

As políticas sociais asseguram a manutenção do trabalho como forma de vida normal, isto é, não devem contribuir para desestimular os trabalhadores a viver da renda da força de trabalho e preferir encostar-se em benefícios. E as políticas sociais que não são financiadas como descontos sobre a falha salarial ou sobre o faturamento dependem dos impostos pagos por toda a população. Assim a assistência social, a educação, a saúde pública e o saneamento dependem do imposto de produtos industriais (IPF) do imposto de renda (IR). (FALEIROS, 1986, p.38-39)

Seguimos na análise, deslocando o discurso do autor para a nossa realidade e observando que, de acordo com o senso comum, as ajudas pertinentes aos programas sociais, inclusive o programa de erradicação do trabalho infantil PETI, são ínfimas e até mesmo “insignificantes”. Contudo, sabemos que estas políticas são prontamente planejadas para não desestimular as pessoas a trabalhar.

Entretanto, há casos em que a ignorância, a exclusão e, principalmente, a falta de informação, levam as pessoas a um certo comodismo.

As leis sociais não respondem a todas as reivindicações dos movimentos sociais, pois são elaboradas numa complexa relação de forças na qual a burguesia exerce pressão para conceder apenas um mínimo de benefícios, com um mínimo de custos. O assistencialismo consiste na prestação de uma ajuda arbitrária, inconstante e aquele que dá e aquele que recebe com ênfase na subordinação do ato de receber. Quem recebe fica devendo favor. Fica obrigados a retribuir a doação numa oportunidade qualquer, com serviço, com lealdade ou com o voto de cabresto nas eleições. (FALEIROS, 1986, p. 67)

Na verdade, o que o autor fala acima não constitui novidade na realidade brasileira, e caso exposto, isto pode ser até uma ilustração, pois muitas vezes os participantes, por não estarem devidamente informados, pensam que o seu ingresso em determinado programa só se dá pela bondade de um ou de outro agente político. Pensamento este que é prontamente corroborado pelos políticos, como forma de mantê-los presos às suas ordens ou às suas inclinações.

Em síntese, as políticas sociais são formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração capitalista adentro do processo de hegemonia e contra-hegemonia da luta de classes. (FALEIROS, 1986, p. 80)

É importante observar este aspecto, porque aqui, nos comungamos prontamente com o que pensa o autor acima, à medida que, nós acreditamos também, que embora os participantes diretos dessas políticas sociais se sintam beneficiados, na verdade, elas apenas os habilitam para servirem o mercado de trabalho. Observe-se que outros autores corroboram com este mesmo pensamento, conforme indicaremos em seguida.

“O estado atua como conjunto das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital, a despeito de reconhecer a dominação deste nas ações de classe” (CLAUS OFFE, 1981, p 51.).

Segundo Demo (1994, p.13) ao abordar a política social no âmbito teórico prático, “a teoria só pode ser do tamanho da prática, ainda que deva ultrapassar a esta no sentido de utopia” . Entende-se assim que o autor propõe que haja um

caminho lateral entre a ação e o discurso, no qual ambos não se desassociem, mas estejam no mesmo patamar de conhecimentos. Partindo do pressuposto,

Política social é contextualizada segundo o estado como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais, resultando na questão social que é definida como a busca de composição entre privilegiados como ordem vigente e a maioria marginalizada que a sustenta. (DEMO, 1994, p. 14)

Ao tratar da desigualdade social, Demo (1994, p.14-15) tem-se três posturas adotadas:

- Desigualdade social como caráter histórico, no qual foi inventada a partir da propriedade privada e do trabalho assalariado, em que teria não apenas de modo de produção da “mais valia” capitalista, mas também o socialismo.
- Desigualdade social como marca estrutural de qualquer história em que a historicidade não se dá no conflito, mas é fruto da realidade social, assim, ela é dinâmica devido às desigualdades, havendo portanto conflitos entre ambas as partes.
- Desigualdade social como fator estrutural tem – se uma visão conservadora, neste a história é determinada, repetitiva, não havendo conquistas históricas. Nesse, tipo de realidade social determinada, a intervenção humana é secundária, sendo a desigualdade social dada e invariante.

O autor deixa claro sua postura quanto aos modelos acima citados, e alinha-se a percepção histórico-estrutural da desigualdade social, em que este aceita política social como esforço necessário e possível de redução, e também revolucionário de acordo com as circunstâncias históricas. De acordo com o texto, entende-se que é necessário que se tenha sociedades diversas, diferentes e desiguais, entretanto, existe uma tolerância nesse meio social, é o que se chama de sociedade democrática, que embora desigual, existe uma convivência marcada por regras de jogo, capazes de reduzir substancialmente a discriminação social.

Ao relacionar o termo pobreza com política social, Demo (1994, p.19) diz que:

A desigualdade social não se traduz em combater ou erradicar a pobreza no sentido de fome (material), mas sim a pobreza de espírito, definido – a como processo de repressão do acesso as vantagens sociais. Neste

sentido há a necessidade da consciência política da pobreza, no qual existe por parte de quem domina uma ideologia centrada nos dominantes, produzindo um pobre inconsciente, em que pobre mais pobre é aquele que sequer sabe e é coibido de saber que é pobre.

A pertinência do discurso deste autor, em relação aos outros anteriormente citados e em relação ao nosso pensamento, nos faz perceber que as desigualdades sociais são suspensas sob o alicerce da ignorância daqueles que ficam na base da pirâmide. O pior é que muitas vezes, verificamos que os gestos daqueles que estão no topo da pirâmide social são sempre no sentido de manter os que estão embaixo sempre no mesmo lugar. Assim sendo, Demo (1994, p. 19-20) expõe dois pontos da pobreza:

Por pobreza socioeconômica compreendemos a carência material, traduzida na precariedade comumente reconhecida do bem-estar social: fome, favela, desemprego, mortalidade infantil, doença... Por pobreza política compreende – se a dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses.

O autor coloca as diferenças entre a pobreza socioeconômica e política, onde percebemos na verdade que os dois tipos de pobreza relatada a realidade do nosso país e, de modo especial, das pessoas que constituem o objeto da pesquisa aqui relatada.

Demo (1994, p. 21-23) a partir dos pontos citados acima, faz-se saber diz que,

A política social precisa ser preventiva, no sentido de ir às raízes do problema; e redistributiva de renda e poder; equalizadora de oportunidades grupo dominante; emancipatória, unindo autonomia econômica com autonomia política.

4- PARTE II – HISTÓRICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS – TO

No município de Tocantinópolis – TO, o total de famílias inscritas no cadastro Único em março de 2014 era de 5.597 dentre as quais:

3.474 com renda per capita familiar de até R\$ 70,00

3.976 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00

4.641 com renda per capita até meio salário mínimo.

O programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro único. O PBF beneficiou, no mês de maio de 2014, 2.663 famílias, representando uma cobertura de 116,1% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 197,63 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 526.286 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2013, atingiu o percentual de 96,38% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 2.931 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 3.041. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingindo foi de 87,75%, resultando em 580 jovens acompanhados de um total de 661. A média nacional é de 85,84%. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de educação continuem trabalhando juntas para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada.

Já no acompanhamento de saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2013, atingiu 85,91%, percentual que equivale a 2.256 famílias de um total de 2.626 que compõem o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município. A média nacional é de 73,12%. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de saúde continuem trabalhando em articulação para aumentar o número de famílias com acompanhamento de saúde.

A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como

objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício. E o acompanhamento das famílias cadastradas, o ministério do desenvolvimento social utiliza as informações do cadastro único, ele prevê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O repasse acontece da seguinte maneira: todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

5- PARTE III – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS

“Diante das impossibilidades lembre-se que as grandes mudanças de nossa história foram conquistas do que pareciam impossíveis”.

Charles Chaplin

A pesquisa é cunho qualitativo utilizando-se de pesquisa bibliográfica documental e de campo. Na aplicação dos questionários as famílias beneficiadas, detectamos que as mesmas estão cadastradas no programa há mais de dez anos e o valor da bolsa varia, devido a renda per capita familiar exigida pelo programa de R\$ 70 a 140. Em relação às condições financeiras das mesmas muitas afirmaram que melhorou e que o dinheiro recebido do programa ajuda a complementar a renda.

Outro fator interessante foi a pergunta sobre a mulher ser a titular do cartão. Veja a resposta de uma entrevistada.

“muito bom, pois a mulher sabe aplicar o recurso no que é de necessidade”

Observa – se que a valorização em relação à questão de gênero e da importância que a beneficiária coloca quando refere – se a mulher ser a titular do cartão. Segundo autora Walquiria “ se o dinheiro fosse entregue aos homens, sugere parte das entrevistadas, poderia ser utilizado de modo mais egoísta. Talvez por isso, a quase totalidade aprova o fato do benefício de ser entregue a elas, e não a eles. Contudo, desafiando outro preconceito, as mulheres ouvidas almejam muito mais do que uma renda mínima proveniente de um programa governamental: todas as entrevistadas afirmaram que gostariam mesmo é de ter trabalho regular e carteira assinada”.

Em relação à opinião que os beneficiários tem sobre o programa Bolsa Família:

“ é um programa muito bom, ajuda muitas famílias que precisa”

“ o programa é forma de incentivo a família manter os filhos na escola”

“uma oportunidade para que não tem uma renda fixa”

Estas são as falas de alguns participantes, os mesmos relatam os pontos positivos sobre o Programa Bolsa Família. Segundo Walquiria os beneficiários experimentam certo grau de liberdade e autonomia, segundo os autores, porque podem escolher a forma de empregar o dinheiro, e ganhos de dignidade perante os

demais membros da comunidade porque se tornam confiáveis: “O cartão do Bolsa Família é a única coisa que me deu crédito na vida, antes não tinha nada”, diz uma das entrevistadas.

CONCLUSÃO

Portanto, o trabalho, como processo de avaliação, mostrou que por mais que técnicos ou acadêmicos sejam eruditos, é possível ouvir pessoas de uma comunidade e validar os conhecimentos populares, enquanto fonte de informação primária e de subsídio à pesquisa científica. Verifiquei também que sempre há a possibilidade de parceria entre a academia e os mais diversos grupos sociais de nossa sociedade.

As entrevistas realizadas com os beneficiários foram satisfatórias para compor o corpo do trabalho. E o melhor de tudo foi à satisfação em pesquisar um tema tão prazeroso, apesar de saber da limitação no que se refere às referências bibliográficas.

Contudo, essa compreensão não cega a nossa visão a ponto de negarmos todas as vantagens que os participantes do programa expõem. Apesar das lacunas mostradas, o objeto da pesquisa é um instrumento de melhoria de vida, à medida que ajuda nos processos de educação e de transferência de renda para uma camada da população brasileira que está fora do processo de desenvolvimento social e econômico deste país.

Foi acreditando nisso que, em resumo, cheguei aos resultados já mencionados anteriormente, cuja síntese passo a expor:

As famílias atendidas pelo programa bolsa família no município de Tocantinópolis - TO correspondem a 5.597 (cinco mil e quinhentos e noventa e sete), entre elas 336 (trezentos e trinta e seis) famílias indígenas. Observa-se que a inclusão social ao programa é de acordo com renda per capita familiar de R\$ 70 a 140 por pessoa. No qual muitas pessoas se beneficiam direto ou indiretamente com:

- ✓ Movimentação da economia local;
- ✓ Melhorias de condições da renda familiar após a inclusão no programa bolsa família;
- ✓ Recurso certo, sem atraso;
- ✓ Incentivo as crianças permanecerem na escola.
- ✓ Os recursos ajuda a comprar o material escolar dos filhos.
- ✓ Famílias beneficiadas que não tem filhos estudando

- ✓ Falta de fiscalização por parte da gestão do programa, sobre a renda per capita por família, ou seja, muitas famílias recebendo benefício sem necessidade e outras que precisam e não recebem.
- ✓ Comodismo de algumas famílias beneficiadas do PBF
- ✓ Dificuldades para localizar as famílias para fazer o recadastramento.

Conclui – se, que o PBF, contribui com o sistema econômico e educacional no município, no estado e no país, com lacunas, em termos da sua abrangência. Do mesmo modo, sabe - se que o programa melhora à renda das famílias beneficiadas. Ajuda, mas, não supre toda a ordem de necessidades que uma família excluída do processo social e econômico apresenta. Assim o PBF trouxe melhoria de vida às famílias, contribuindo com o processo educacional e de transferência direta de renda para uma camada da população brasileira que está fora do processo de desenvolvimento social e econômico do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social?**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 83p. (Coleção Primeiros Passos, n. 168).

Pedro Demo. **Política social, educação e cidadania**. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 13-23 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).

Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. –Brasília : Ipea, 2013. 494 p. : gráfs., mapas, tabs.

Vozes do Bolsa Família

Pinzani, Alessandro e **Rego** , Walquiria Domingues Leão Ed. 1ª, ano 2013

SITES CONSULTADOS:

<http://www.brasilsemisera.gov.br/municípios>
www.ipea.gov.br